

Expedições, excursões e trabalhos de campo no entendimento geográfico

Expeditions, excursions, and field work in geographic understanding

Expediciones, excursiones y trabajos de campo en la comprensión geográfica



Daniel Abreu de Azevedo

Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Distrito Federal, Brasil
daniel.azevedo@unb.br



Rafael Winter Ribeiro

Univesidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
winter@igeo.ufrj.br

Resumo Na história da geografia é possível identificar diferentes modalidades de contato direto com o espaço objeto de estudo ou ensino, cujas potencialidades, virtudes e problemas diferem entre si. O objetivo desse artigo é distinguir os usos ao longo do tempo de três modalidades fundamentais de contato do geógrafo com o terreno, quais sejam: excursões, expedições e trabalho de campo, posicionando-as em suas virtudes na construção do conhecimento geográfico. Argumentamos que ao longo do tempo no Brasil houve um esvaziamento dessas nuances, o que produziu uma perda na formação dos profissionais da área. A partir de uma recuperação histórica dos usos de cada uma dessas modalidades na prática da geografia brasileira, buscamos identificar suas diferenças e enfatizar o potencial de suas aplicações. Realizar essa discussão vai além de uma simples diferenciação semântica, já que tais categorias possuem potencialidades para o fazer do geógrafo e do professor de geografia que precisam ser exploradas.

Palavras-chave: Trabalho de campo; Excursão geográfica; Expedição; Modalidades de campo.

Abstract In the history of geography, it is possible to identify different modalities of direct contact with the space that is the object of study or teaching, whose potential, virtues and problems differ from each other. The objective of this article is to distinguish the uses over time of three fundamental forms of geographer contact with the terrain, namely: excursions, expeditions and fieldwork, positioning them in their virtues in the construction of geographic knowledge. We argue that over time in Brazil there was a loss of these nuances, which resulted in a loss in the training of professionals in the area. Based on a historical recovery of the uses of each of these modalities in the practice of Brazilian geography, we seek to identify their differences and emphasize the potential of their applications. Carrying out this discussion goes beyond a simple semantic differentiation, as they have potential for the geographer and geography teacher that need to be explored.

Keywords: Fieldwork; Geographic excursion; Expedition; Field modalities.

Resumen En la historia de la geografía es posible identificar diferentes modalidades de contacto directo con el espacio objeto de estudio o enseñanza, cuyas potencialidades, virtudes y problemáticas difieren entre sí. El objetivo de este artículo es distinguir los usos en el tiempo de tres formas fundamentales de contacto del geógrafo con el terreno, a saber: excursiones, expediciones y trabajo de campo, posicionándolas en sus virtudes en la construcción del conocimiento geográfico. Sostenemos que con el tiempo en Brasil hubo una pérdida de estos matices, lo que resultó en una pérdida en la formación de profesionales en el área. A partir de una recuperación histórica de los usos de cada una de estas modalidades en la práctica de la geografía brasileña, buscamos identificar sus diferencias y enfatizar el potencial de sus aplicaciones. Llevar a cabo esta discusión va más allá de una simple diferenciación semántica, ya que tienen potencialidades para el geógrafo y profesor de geografía que necesitan ser exploradas.

Palabras clave: Trabajo de campo; Excursión geográfica; Expedición; Modalidades de campo.

Introdução

No cronograma de um congresso que participamos na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa no ano de 2022, havia um momento especial: um *trabalho de campo* em uma voadeira até a foz do Rio Oiapoque. Além de uma experiência única no extremo norte do país, essa ocasião nos levou a refletir sobre o uso indiscriminado do termo “trabalho de campo” para esse evento, prática tão comum entre estudantes e pesquisadores de geografia.

Embora hoje tenha se popularizado no Brasil chamarmos contatos com o terreno de “trabalho de campo”, até mesmo em saídas com alunos de ensino básico e superior (Kozenieski; Lindo; Souza, 2021), na história da geografia é possível identificar diferentes modalidades de valorização do contato direto com o espaço objeto de estudo ou ensino, cujas potencialidades, virtudes e problemas diferem entre si. Nesse sentido, concordamos com Crang (1997, p.371) ao afirmar que “para uma disciplina usualmente muito preocupada com o que é visto, parece que a geografia não tem estudado as práticas da observação de modo suficientemente rigoroso”¹. Apesar de valorizado ainda hoje na formação de geógrafos no país, ao longo do tempo, diferentes modalidades do contato com o terreno, como excursões, expedições e trabalhos de campo, foram se misturando e se generalizando e, muitas vezes, definidas sem diferenciação em termos como “visita de campo” ou, simplesmente, chamando todas as modalidades de “trabalho de campo”.

O objetivo central desse artigo é, portanto, recuperar essas diferentes categorias – excursão, expedição e trabalho de campo – e seus usos na geografia brasileira, diferenciando-as a fim de aumentar os recursos disponíveis à ciência geográfica. Embora a definição não seja precisa e haja muitas sobreposições, é preciso discutir essas distinções para poder propor caminhos de uso de cada ferramenta. Realizar essa discussão vai além de uma simples diferenciação semântica, tais categorias possuem

potencialidades para o fazer do geógrafo e do professor de geografia que precisam ser exploradas. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica a fim de resgatar as diferenças históricas entre essas modalidades e apontar como essa diferenciação foi construída ao longo do tempo no Brasil a partir da organização do trabalho do geógrafo ao longo do século XX.

Está presente desde a fundação da geografia como disciplina acadêmica moderna uma longa tradição de produzir conhecimento sobre o espaço a partir de informações coletadas em campo. Sua institucionalização no século XIX como disciplina universitária fez da observação das paisagens, sua descrição e análise um procedimento fundamental para várias correntes (Davis, 1915; Morais, 1985; Ribeiro, 2010; Sahr; Arantes, 2011). Apesar das críticas posteriores ao empirismo exacerbado que esse conjunto de operações oferecia à geografia (Gomes, 1995), as viagens e a ida ao terreno, isto é, a presença física do pesquisador no espaço, objeto de estudo e sua observação, nunca deixou de ser um aspecto valorizado na disciplina, exceto em alguns métodos da geografia teórico-quantitativa (Claval, 2013).

Com esse objetivo, o artigo está estruturado em três seções para caracterização dessas modalidades de contato com o terreno. Por fim, traçamos considerações sobre a relevância dessas categorias nos dias de hoje. Diferenciar ontologicamente essas modalidades é, portanto, um modo de enriquecer ainda mais o nosso campo de conhecimento.

Excursões Geográficas – o evento científico na teoria e na prática

As excursões foram durante muito tempo uma modalidade de visita ao terreno baseadas numa relação entre um grupo acadêmico/técnico que detém o conhecimento da área e um outro grupo, quase sempre externo

ao local, que não detém o mesmo nível de aprofundamento e que visita a área. Entre geógrafos, foi nos congressos de geografia, principalmente, que esta modalidade se desenvolveu.

Nesses eventos, as excursões faziam parte da programação e a produção de guias de viagem era uma atividade que demandava uma preparação cuidadosa. Nos Congressos Brasileiros de Geografia organizados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), tais excursões tinham um destaque especial (Alegre, 2004, Alentejano, Rocha-Leão, 2017). Foi a partir do congresso organizado no município de Lorena (SP), em 1946, que houve a institucionalização da prática de se realizar excursões em todas as reuniões das assembleias da AGB, que passaram a possuir uma centralidade grande no evento (Abreu, 1994).

Cabe destacar também o papel relevante que teve o XVIII Congresso de Geografia da União Geográfica Internacional (UGI), no Rio de Janeiro, em 1956, no qual nove excursões organizadas tiveram um caráter fortemente didático e, ao mesmo tempo, de troca de impressões e construção de problemas. Com uma preparação detalhada e boa infraestrutura, contando inclusive com a participação do então presidente Juscelino Kubitschek na sua abertura, foi, à época, reconhecido como um dos melhores congressos da UGI já realizados (Souza, 2022).

Segundo a programação, foram realizadas quatro excursões antes do evento e cinco depois, com a participação média de 30 geógrafos em cada. Elas foram preparadas por comissões dentro da organização do congresso que, por sua vez, fizeram trabalhos de campo preparatórios e, a partir delas, guias da excursão foram preparados, publicados em inglês e francês e, posteriormente, em português. Esses eventos visavam proporcionar ao inscrito entendimento sobre diferentes realidades do país e foram assim identificadas e numeradas: 1) Planalto Centro-Ocidental e Pantanal Matogrossense; 2) Zona Metalúrgica de Minas Gerais e vale do Rio Doce; 3) Roteiro do Café e Frentes Pioneiras; 4) Vale do Paraíba, Serra da

Mantiqueira e Região de São Paulo; 5) Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro; 6) Bahia; 7) Nordeste; 8) Amazônia; 9) Planalto Meridional. Assim, os guias produzidos demonstravam o conhecimento prévio adquirido na sua meticulosa preparação e orientavam o entendimento do viajante, como fica patente no texto de abertura da edição em português de tais guias:

Cumprе salientar que os guias não representam mera compilação, de informes já existentes, senão o resultado de viagens e pesquisas – expressamente realizadas. Tampouco se reduzem estes volumes a uma simples descrição dos itinerários percorridos; ao contrário, proporcionam uma visão geral e atualizada das principais regiões do Brasil, ao mesmo tempo em que ensejam o conhecimento mais pormenorizado da geografia física e humana de algumas áreas escolhidas (Almeida; Lima, 1959, p. 3).

Nesse sentido, é importante diferenciar o trabalho de campo daquilo que no país se chamou por muito tempo de excursões geográficas ou simplesmente excursões. Estas estiveram muito ligadas a um caráter didático e demonstrativo de uma realidade já previamente conhecida por aqueles que as organizam para um grupo com menos conhecimento sobre aquele terreno. A excursão tem um caráter demonstrativo de pesquisas já realizadas, mesmo que funcione como um momento para suscitar novas questões e investigações a partir do olhar do “excursionista”. Desse modo, a ideia de “guia” é fundamental para caracterizar as excursões, seja um sujeito conhecedor que acompanha a viagem transmitindo informação, ou textos produzidos com este intento de guiar o olhar do viajante.

A produção de guias de viagem para orientar tais excursões foi uma prática bastante comum, partindo do conhecimento já existente sobre o terreno e conduzindo o olhar do viajante para aqueles resultados já encontrados. Se consultarmos a programação dos cinco últimos Encontros Nacionais da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia

(Enanpege), a prática ou está ausente por completo ou o termo usado é outro, como roteiro geoturístico (XV Enanpege²) e trabalho de campo (XIII Enanpege³). Embora muito empregado até pelo menos os anos 1970, e sempre fazendo parte da programação dos principais congressos, o termo foi aos poucos caindo em desuso na geografia brasileira e substituído pela expressão trabalho de campo, mesmo que não fizesse parte de uma metodologia de pesquisa, daí a confusão semântica e o uso de certa forma descontrolado do termo trabalho de campo hoje em dia.

Expedições – entre encantamento e estranhamento

Localização e descrição se juntam de um modo muito interessante nas teses produzidas por geógrafos tradicionais no século XIX. Era comum entre eles realizarem grandes viagens, ora financiadas pelas sociedades de geografia, ora pelas próprias universidades, e produzirem um trabalho final sobre o espaço visitado. Os grandes clássicos da Geografia, como *Kosmos* (1845), de Alexander von Humboldt, ou textos não tão comentados de geógrafos conhecidos, como *Desde México – apuntes de viaje de los años 1874-1875*, de F. Ratzel, já revelavam a interessante imbricação entre descrição e análise espacial. As teses de doutoramento dos geógrafos clássicos eram, geralmente, descrições e análises de viagens realizadas, como é possível ver em *O Clima do Chile e do Oeste da Patagônia*, em 1879, de A. Hettner (Sahr; Arantes, 2011). A geografia dos viajantes faz parte, pois, da própria essência e história dessa ciência.

As expedições, termo que também caiu em desuso, sempre estiveram mais correlacionadas ao caráter exploratório de primeiro contato com o terreno por parte de pesquisadores e de reunião de informações que poderiam ou não direcionar pesquisas no futuro. Este sentido na geografia tem sua origem como um termo militar relacionado aos preparativos para uma campanha, tratando-se de conceber a conquista de um território,

conhecendo-o e prevendo todos os impedimentos possíveis, assim como as vantagens relativas (Brunet; Ferras; Théry, 1992).

As expedições foram uma prática bastante importante dos Estados-Nacionais, sobretudo na América, visando um primeiro conhecimento sobre o território e um inventário dos seus recursos, vantagens potenciais e problemas. Com um caráter exploratório e de inventário de recursos, estiveram muito associadas à relação entre a geografia europeia do século XIX e início do século XX com o colonialismo, especialmente a partir das sociedades de geografia. Tais sociedades foram responsáveis para organização e financiamento de grandes expedições de exploração sobretudo na África e na Ásia, com posterior compilação de informações e difusão (Staszak, 2003).

No Brasil, expedições científicas ganharam um primeiro fôlego no início do século XIX com o fim de interdições impostas pela Coroa portuguesa, com destaque para a Missão Austríaca que acompanhou a Arquiduquesa Leopoldina para casar-se com o príncipe herdeiro português Pedro em 1817. Por parte da sociedade brasileira, coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) o incentivo à formação de expedições no território. A Comissão Científica de Exploração, pejorativamente na época chamada de Comissão das Borboletas, foi uma das primeiras organizadas pelo Estado Imperial e percorreu a província do Ceará entre 1859 e 1861, com o objetivo de produzir informações científicas e de inventariar os recursos naturais da província (Kury, 2009). Foi composta por nomes importantes da elite imperial como Francisco Freire Alemão, Guilherme Capanema e Gonçalves Dias e despertou bastante atenção nos jornais e círculos intelectuais e políticos da época.

Outra expedição famosa ligada diretamente aos interesses do Estado e seu planejamento foi aquela realizada nos primeiros anos de instalação da República, entre 1892 e 1893, para a definição da localização da nova capital federal: a Comissão Exploradora do Planalto Central do

Brasil, que produziu o relatório que ganhou o nome de seu diretor, o Relatório Cruls, que já trazia a definição do quadrilátero onde mais de 50 anos depois seria construída Brasília (Cruls, 2003).

Ao longo do século XX, uma série de instituições ligadas ao Estado brasileiro, como o Museu Nacional, o Instituto Oswaldo Cruz, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, organizaram expedições que percorreram o território nacional com diferentes finalidades, segundo a atividade-fim de cada instituição, que contaram em maior ou menor grau com a participação de geógrafos nos seus quadros. A relevância das expedições e seu papel estratégico para o Estado fizeram com que o país chegasse a contar com um *Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*, que funcionou entre 1933 e 1968, com o objetivo de fiscalizar as expedições realizadas por estrangeiros ou por brasileiros não ligados a instituições científicas (Grupioni, 1998).

No Brasil, a influência francesa deixou marcas profundas na primeira geração de geógrafos (Berdoulay, 2017 [1981]), seja na universidade, seja no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fazendo essa ida ao campo um instrumento fundamental também da pesquisa e do ensino. No escopo da geografia institucionalizada, a partir de sua criação, o IBGE cultivou por três décadas a prática de expedições por todo o país com diferentes objetivos, desde demarcação geodésica, de fronteira, identificação de processos naturais e de ocupação do território, visando subsidiar o planejamento regional (Leite; Abrantes, 2018). Tais expedições reuniram um acervo importante de informações e seus relatórios eram amplamente debatidos em reuniões que ficaram conhecidas no IBGE como tertúlias geográficas, nas quais além do resultado das expedições, eram debatidos os avanços no conhecimento geográfico de uma maneira geral.

Seja a partir de instituições estatais civis, como no caso do IBGE, ou militares, é possível dizer que havia nas expedições uma conotação civilizatória (Nogueira, 2018), o que também pode ajudar a explicar o desuso do termo na geografia ao longo do tempo. Tais expedições ocorriam tanto em terrenos mais conhecidos e povoados do Centro-Sul, como em áreas mais distantes dos grandes centros, mas que tinham um papel fundamental de produzir conhecimento a serviço do Estado brasileiro, como, por exemplo, aquela realizada em 1950 ao Amapá, a convite do governador Janari Gentil Nunes e chefiada por Lucio de Castro Soares. Um dos membros da expedição, Alceo Magnani, publicou na Revista Brasileira de Geografia, em 1952, suas observações em um texto sobre seu primeiro contato com a área. O autor informou que o trabalho propõe mais hipóteses e problemas, uma vez que o objetivo foi o de realizar um reconhecimento do Amapá (Magnani, 1952). Daí vemos uma característica da ideia de expedição, produzir um primeiro contato com a área e, a partir dele, abrir a possibilidade de organizar questões, hipóteses e primeiras aproximações a partir de correlações entre a teoria e o conhecimento prévio de seus autores sobre outras áreas.

Cabe ressaltar que, em tais expedições do século XX, os terrenos não eram inteiramente virgens e já existia um conhecimento prévio em maior ou menor grau sobre eles. É nesse sentido que, do mesmo modo, o que caracteriza a possibilidade de expedições no século XXI não é desbravar terrenos absolutamente desconhecidos, mas produzir uma viagem de investigação sem uma temática prévia bem definida e sem um direcionamento claro por parte de outros, fazendo da descoberta, do estranhamento e da formulação e/ou verificação de hipóteses os mobilizadores da reflexão e da produção de conhecimento.

O desuso atual do termo pode estar relacionado à crítica de sua origem militar e institucional, ao imperialismo e ao inventário de recursos a serem explorados. No entanto, casos raros de uso atual nos cursos de

geografia podem ser encontrados. Na Universidade Federal do Acre, Franco *et al.* (2020, p.130) defendem a importância de “expedições geográficas” para a formação de geógrafos e professores de geografia, nas quais “docentes se dispunham a desempenhar um papel de verdadeiros ‘desbravadores’ da Geografia do Brasil”. Ao analisar a experiência daquela universidade, os autores ressaltam a importância para os alunos e professores dessas viagens de longa duração por diferentes partes do país, como o de 23 dias de estrada entre Rio Branco (AC) e Torres (RS) realizado em 2015. Este trabalho demonstra o que até mesmo dicionários e a origem etimológica (latim *expeditio*) do termo expedição apontam: essa prática não se relaciona a um fim determinado, mas a um processo.

Trabalho de Campo – recurso metodológico de pesquisa

Dentre os três tipos apresentados, o trabalho de campo é a expressão mais usada atualmente e aquela sobre a qual mais se tem produzido reflexões metodológicas, muitas vezes compartilhadas com a antropologia (e.g. Malinowski, 2018 [1922]) e a sociologia (e.g. WHYTE, 2008 [1951]), áreas de conhecimento que o tomam também como uma ferramenta e um importante momento da pesquisa. Porém, visto que são ciências distintas, as finalidades, os desafios (Azevedo, 2019) e as técnicas utilizadas no trabalho de campo possuem suas especificidades (Watson; Till, 2010), o que torna necessário sua apreciação sob o olhar geográfico.

Não cabe nesse artigo uma revisão histórica sobre a importância do trabalho de campo para a geografia, algo realizado inúmeras vezes por diferentes autores (Azevedo, 2019; Kozenieski; Lindo; Souza, 2021; Mesquita *Et Al.*, 2022; Souza; Pessôa, 2013; Zusman, 2011). A intenção de voltar a esse debate é para posicioná-lo enquanto método de pesquisa, isto é, “como um modo de coletar e analisar dados” (Jones; Gomez, 2010, p.3), diferenciando-a das outras modalidades de campo já discutidas. O trabalho

de campo, desde o início, possui na geografia um importante *status* metodológico e pressupõe uma observação da realidade mediada pelos conceitos geográficos (Gumuchian; Marois, 2000) e a articulação entre escalas (Kayser, 2006; Lacoste, 1988). Porém, o uso indiscriminado do termo para qualquer contato com o terreno acaba por banalizá-lo e diminuir seu rigor enquanto método científico.

Apesar de não ser obrigatório, o trabalho de campo é um processo que serve como importante momento em uma pesquisa definida. Este é um ponto relevante a se ressaltar, já que em diferentes manuais de métodos qualitativos em geografia humana há um ou mais capítulos destinados ao trabalho de campo e à observação enquanto recurso metodológico (Delyser et al., 2010; Limb e Dwyer, 2001), além de autores o considerarem como “base” de pesquisa para a geografia (Serpa, 2006). Portanto, o pesquisador realiza um trabalho de campo quando tem uma questão e uma hipótese de pesquisa a serem respondidas, com objetivos precisos que, embora possam ganhar novos contornos ao longo do campo, já são previamente definidos.

Esse presente estudo propõe pensar o trabalho de campo enquanto recurso metodológico na geografia a partir de três perspectivas: (a) um modo para a coleta de dados com uso de procedimentos específicos; (b) um modo de promover a observação; (c) um modo de construir uma triangulação metodológica. Vale ressaltar que essas perspectivas se diferenciam também entre o que comumente denominamos como geografia física e geografia humana, visto que são campos com bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas distintas que precisam ser levadas em consideração (Gomes, 1995; Souza, 2022). Mesquita *et al.* (2022) desenvolveram uma revisão de literatura sobre como o trabalho de campo é discutido na geografia brasileira e concluíram que a maior parte se vincula diretamente às análises de geografia física.

A visão que geógrafos físicos e humanos possuem sobre o trabalho de campo é diferente, especialmente sobre a capacidade ou não de esse método ser objetivo e neutro. Ambos os campos da geografia defendem que a observação é guiada pela teoria, mas a diferença estaria no que isso significa. Para os geógrafos que lidam com fenômenos sociais, a teoria é vista como um tipo de discurso, desaparecendo a ideia de que o campo serve para coletar dados, um olho livre e neutro que pode “escanear” o mundo.

Na geografia física, as observações de campo incluem mensurar as formas, os fluxos e tempos a partir de equipamento e sensores, que geram dados quantitativos a partir de experimentos físicos e técnicas de sensoriamento remoto (Rhoads; Wilson, 2010). Rhoads e Wilson (2010, p.28) apontam que o futuro sobre a observação de campo para a geografia física parece ser ainda o reforço ao seu uso para coletar dados com ajuda de instrumentos cada vez mais tecnológicos: “a menos que haja uma mudança dramática na relação percebida entre dados e teoria nas ciências naturais, os geógrafos físicos continuarão a ver os dados derivados de observações científicas como a métrica contra a qual teorias e hipóteses devem ser avaliadas”⁴. Desse modo, geógrafos que lidam com temas mais circunscritos aos fenômenos da natureza utilizam a ida ao campo na produção de “fatos empíricos” (Rhoads; Thorn, 1996).

Já em temas mais relacionados à geografia humana, pode-se ir a campo com o propósito de conversar com atores sociais de modo mais formal ou informal a fim de compreender e analisar o fenômeno desejado. Para tanto, entrevistas e questionários são dois instrumentos de coleta de dados comumente utilizados. A construção das questões, o modo de lidar com o entrevistado e com as respostas e a forma de reportar na pesquisa depende da base epistemológica – humanista, crítica, de análise espacial etc. (Pattison, 2007) – de cada pesquisador. Há muitos trabalhos produzidos sobre tipos e estratégias de construção dessas ferramentas para a

geografia (Secor, 2010), isto é, que posicionem o olhar geográfico no centro das preocupações, além de múltiplos *softwares* que podem auxiliar atualmente no processamento das informações⁵.

Em segundo lugar, pode-se utilizar o trabalho de campo como um modo de promover a observação de um fenômeno. Mais do que ver, é tocar, sentir, ouvir o ambiente e fazer comparações implícitas ou explícitas a partir de uma experiência prévia. Apesar de a observação ser percebida enquanto método há muito tempo na geografia, como é possível ver nas monografias regionais (Gomes, 1995; Ribeiro, 2010) ou em obras de importantes geógrafos, como Jean Brunhes (1962) e Alfred Hettner (2011 [1927]), a observação é, hoje, tomada, em geral, como um dado e conseqüentemente é subavaliada na prática geográfica (Kearns, 2010).

Dentro da literatura especializada, há, por exemplo, diferentes tipos de observação (Spradley, 1980) – tipologias interessantes que variam pelo grau de atuação do pesquisador, como o “observador completo”, o “observador como participante”, o “participante como observador” e o “participante completo” (Kearns, 2010). Essa discussão epistemológica pressupõe, conseqüentemente, uma reflexão metodológica, isto é, modos de tornar a observação uma tarefa mais precisa, com contornos mais sistemáticos que ajudem a posicioná-la enquanto um método de pesquisa.

James Spradley (1980) discute uma estratégia possível para fomentar o rigor da observação enquanto prática científica. Apesar de não ter sido escrito diretamente para a observação de um geógrafo, o autor desenvolveu o que denominou como “metodologia de observação”, com três etapas, que consiste em um caminho que começaria da observação descritiva à observação seletiva, passando pela observação focada. Essa estratégia revela que um trabalho de campo para observação não pode ser somente amplo, mas também não é recomendado ir ao terreno apenas para responder a uma questão objetiva, já que é um método que precisa

ser visto como um processo flexível (Spradley, 1980; Souza; Pessôa, 2013) que pode ganhar novos contornos em seu percurso.

A *observação descritiva* seria realizada ainda na fase inicial da pesquisa, para colher informações, dados e caracterizações gerais do objeto estudado. As descrições abrangentes são feitas para selecionar os casos mais relevantes a serem usados na observação focada e na observação seletiva. A seleção tem que respeitar a questão central da pesquisa e seus objetivos. Na observação descritiva, o foco é abordar a atividade social em progresso sem a questão-central da pesquisa em mente, mas apenas respondendo à questão geral “o que está acontecendo aqui?”. Para tanto, Spradley (1980) apresenta uma matriz da observação descritiva que cruza nove elementos que podem ser preenchidos pelo pesquisador nessa etapa: espaço, objeto, ação, atividade, evento, tempo, ator, objetivo e sentimento.

Em um segundo momento, questões estruturadas são realizadas para cada domínio produzido na etapa anterior, tornando a *observação focada* mais ativa do que a anterior. Aqui já se destaca a questão-central da pesquisa e busca-se construir uma taxonomia com uso de diagramas, como caixas e/ou conjunto de linhas e nós. Em um último momento, a *observação seletiva* é a etapa de realização de entrevistas de contrastes, isto é, deve-se construir questões antes de ir a campo com interesse específico de refutar as taxonomias definidas. Assim, busca-se atores posicionados diferentemente nas categorias construídas, realiza-se novas observações selecionadas em suas ações e conversas informais cruzando as informações. Longe de esgotar as discussões sobre a observação enquanto um método de pesquisa, acreditamos que a obra de Spradley (1980) pode ser um interessante guia de trabalho.

Por último, temos o uso do trabalho de campo como parte de uma triangulação metodológica, algo fundamental (e pouco explorado na geografia) para aumentar a confiabilidade dos resultados obtidos na

abordagem qualitativa (Denzin, 1970; Flick, 2009; Hammersley; Atkinson, 2007; Ollaik; Ziller, 2012; Pessoa; Ramires, 2013). A triangulação é uma busca por qualidade das análises de pesquisas, principalmente a qualitativa, que corre sempre o risco de ser acusada de falta de rigor metodológico. De acordo Ollaik e Ziller (2012), há cinco possibilidades de triangulação:

O primeiro é a triangulação de dados, em que se utilizam diferentes fontes de dados ou de informações para se chegar ao mesmo resultado. O segundo tipo é a triangulação de pesquisadores, no qual diferentes pesquisadores estudam o mesmo tema utilizando-se das mesmas técnicas (entrevista, observação, estudo de caso, grupos focais). O terceiro tipo é a triangulação de teorias, em que profissionais de campos de estudo distintos – como economia, antropologia, ciência política, administração – envolvem-se na pesquisa, a partir de diferentes perspectivas, para interpretar o mesmo conjunto de informações. O quarto tipo é o que utiliza métodos tanto qualitativos quanto quantitativos para estudar um problema. Finalmente, o quinto método é a triangulação ambiental, que envolve o uso de diferentes locais ou diferentes fatores-chave para a pesquisa em questão, como a hora do dia, o dia da semana, ou a estação do ano (Ollaik; Ziller, 2012, p.235).

Entre os casos anteriormente elencados, é possível pensar o trabalho de campo como instrumento para, ao menos, os tipos 1, 4 e 5 de triangulação metodológica. Mais uma vez, a ida ao campo possui um propósito explícito e uma questão clara, diferenciando-se das outras modalidades discutidas neste presente artigo.

Trabalhos de campo, excursões e expedições são componentes importantes na construção do conhecimento geográfico, porém possuem objetivos, características e resultados distintos, que precisam ser revelados a fim de não banalizarmos os termos e perdermos suas particularidades. Com base no uso histórico desses termos por geógrafos no Brasil, podemos diferenciá-los em função de seus objetivos, o envolvimento dos sujeitos com o terreno em questão sua operacionalização (Quadro 1).

Quadro 1 – Diferenças entre as três modalidades de campo

	Excursão	Expedição	Trabalho de Campo
Caráter	Exploratório	Exploratório	Investigativo
Objetivo	Apresentar uma área para um grupo que possui menor grau de conhecimento específico	Explorar uma área pouco conhecida por todos os integrantes	Produzir dados primários para questões e hipóteses de pesquisa
Envolvimento principal dos sujeitos	Vertical. Diferentes níveis de conhecimento, com apresentação de uma área por parte de uns para outros	Horizontal. Todos os integrantes visam instigar a curiosidade sobre o terreno	Vertical e/ou Horizontal
Operacionalização	Preparação antecipada, produção de material sobre a excursão antes, embora também possa haver depois	Produção de material durante e após a expedição	Produção de questões e hipóteses antes, correlação com outros dados, produção de conhecimento posterior
Produtos possíveis	Guia de viagem; diário de viagem	Levantamento de questões e hipóteses; Catálogo descritivo de uma área	Produção de dados primários para questões de pesquisa; corroboração de dados previamente adquiridos

Organização: dos autores.

É preciso ressaltar que o Quadro 1 é uma primeira tentativa de enquadramento de diferenças, que não são absolutas, e tem o objetivo de funcionar como modelo ideal das diferenciações históricas entre os termos no Brasil. Quando dizemos, por exemplo, que o envolvimento principal dos sujeitos nas excursões e expedições são, respectivamente, vertical e horizontal, não queremos dizer que expedições não tenham guias mais informados, quase sempre os tem, mas que este é normalmente considerado um sujeito externo àqueles que vão produzir o conhecimento acadêmico com base da expedição.

Com base nos seus usos consagrados pela geografia no Brasil, o trabalho de campo é um método de pesquisa que visa responder questões prévias, tornando-se uma prática com um caráter científico evidente. A excursão, por sua vez, segue um roteiro a partir de um guia formal, o que pressupõe uma preparação antecipada e sujeitos com diferentes níveis de conhecimento sobre o terreno em questão. Apesar de sempre ter a possibilidade de surpresas, sabe-se o que vai se observar, e espera-se que se produza uma reflexão ampla. Já na expedição não há necessariamente a preocupação com a elaboração de um itinerário e/ou um tema específico. Busca-se, junto à bagagem teórico-conceitual do observador e ao estranhamento com a reunião de informações adquiridas *in loco*, a construção de reflexões *outsider*, fruto de um primeiro contato que mistura, em geral, encantamento e estranhamento.

Na língua portuguesa, ao longo do tempo, os geógrafos brasileiros utilizaram os três termos diferentes para definir a ida a campo e observação do espaço. Aos poucos essa diferenciação foi sendo eclipsada e o termo trabalho de campo ganhou um uso mais corriqueiro que foge de sua incorporação a uma metodologia específica. A forma, os motivos e contextos para fazer essa observação variavam muito e, por isso, é importante metodologicamente a diferenciarmos.

Considerações Finais

Aulas práticas no local, que muitas vezes podem durar dias, ainda integram a maior parte dos currículos de formação de geógrafos e professores de geografia no país; muitos congressos e seminários continuam reservando parte do tempo para visitas a locais geralmente próximos à sede do evento; e muito das operacionalizações das pesquisas de geógrafos incluem a obtenção de dados *in loco*. No entanto, uma

diferenciação na forma como essas atividades são denominadas e promovidas perdeu-se e confundiu-se ao longo do tempo, numa ideia mais geral de que todas constituem o *trabalho de campo*. Defendemos nesse texto que recuperar a diferenciação entre as modalidades de contato com terreno é importante para garantir um maior cuidado metodológico, o que se espera de cada uma delas e seu enquadramento enquanto formas diferentes de observação espacial.

O objetivo desse trabalho foi revisitar essas diferenças, chamando atenção para suas especificidades e possibilidades na construção da ciência geográfica. Importante reforçar que não há uma hierarquia entre essas modalidades, já que todas estão relacionadas a diferentes formas de produção de conhecimento espacial. Em um congresso, como aquele que motivou essa reflexão, é fundamental resgatar a prática de excursões de campo, visto que, para geógrafos, conhecer novas realidades socioespaciais com um guia da área, é tão importante quanto as outras atividades promovidas no evento⁶. Chamar essa prática de “trabalho de campo” é abandonar virtudes acadêmicas das excursões, com produtos importantes na formação desses profissionais. A perda ou a diminuição de reflexão sobre essa prática deveria ser visto como prejuízo para a formação contínua de geógrafos e professores de geografia.

Já em relação às expedições, não se deve pensá-las como práticas históricas sem importância em um mundo atual supostamente já desbravado. Como geógrafos, entender o espaço geográfico como em constante mudança é parte inerente de nossas reflexões. Seja para repetir expedições antigas, compará-las e trazer novas nuances, seja para explorar o campo pela primeira vez por um grupo específico, as expedições são práticas que não deveriam sair da agenda dos pesquisadores.

Por fim, reforçar o caráter metodológico do trabalho de campo é posicioná-lo como componente importante da pesquisa científica da geografia: no momento de coleta de dados, na prática da observação

criterosa ou como triangulação metodológica. A ampliação do termo, para toda e qualquer ida a campo, pode vulgarizá-lo a ponto de perder suas singularidades como instrumento de pesquisa.

Referências

ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.56, n.1, p. 21-122, 1994.

ALEGRE, Marcos. Os 70 anos da AGB, 1934-2004. **Revista Terra Livre**, v.20, n.1, p. 213-230, 2004.

ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?. **Boletim Paulista De Geografia**, v.84, p. 51-68, 2017.

ALMEIDA, F. F.M.; LIMA, M. A. Planalto Centro-Ocidental e Pantanal Mato-Grossense. **Guia da excursão n. 1 realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1959.

AZEVEDO, D. A. O anonimato espacial como um impasse metodológico na pesquisa geográfico e uma reflexão ontológica. **Caminhos de Geografia**, v.20, n.70, p.599-618, 2019.

BERDOULAY, V. **A Escola Francesa de Geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2017 [1981].

BRUNET, R.; FERRAS, R. THÉRY, H. (Orgs). **Les mots de la géographie, Dictionnaire critique**. Paris: Reclus, 1992.

BRUNHES, J. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

CRANG, M. Software for qualitative research: prospectus and overview. **Environment and Planning**, v.20, n.5, p.771-87, 1997.

CRULS, L. **Relatório Cruls: (relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003 [1892].

DAVIS, W. The principles of geographical description. **Annals of the Association of American Geographers**, n. 5, p.61-105, 1915.

DELYSER, D.; HERBERT, S.; AITKEN, S.; CRANG, M.; MCDOWELL, L. **The Sage Handbook of Qualitative Geography**. Sage Publications, 2010.

DENZIN, N. K. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. New York: Aldine Transaction, 1970.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, A. O. *et al.* Expedição geográfica em meio à pandemia de covid-19: um relato de experiência. **Revista Uáquiri**, v.2, n.2, p.129-141, 2020.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GRUPIONI, L. D. B. **Coleções e Expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

GUMUCHIAN, H.; MAROIS, C. **Iniciation à la recherche em géographie. Aménagement, développement territorial, environnement**. Montreal: Ed. Economica, 2000.

HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography: principles in practice**. 3aed.London, 2007.

HETTNER, A. A geografia como ciência corológica da superfície terrestre. **GEOgraphia**, v.13, n.25, p.136-152, 2011 [1927].

JONES, J. P.; GOMEZ, B. Introduction. In: Gomez, B.; Jones, J. P. (Org.). **Research methods in Geography: a critical introduction**. Wiley-Blackwell, 2010. p.1-6.

KAYSER, B. O geógrafo e a Pesquisa de Campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, 2006.

KEARNS, R. A. Knowing seeing? Undertaking observational research. In: HAY, Iain (Org.). **Qualitative research methods in Human Geography**. Oxford University Press, 2010. p.192-206.

KOZENIESKI, É. M.; LINDO, P. V. F.; SOUZA, R. J. O trabalho de campo como produção de conhecimento: contribuições metodológicas à práxis geográfica. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 05-22, 2021.

KURY, L. (Org.). **Comissão Científica do Império 1859-1861**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2009.

LACOSTE, Y. **A Geografia isso serve antes de mais nada para fazer a Guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

LEITE, F. M. C.; ABRANTES, V. L. (Orgs.). **As expedições geográficas do IBGE: 1941-1968**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LIMB, M.; DWYER, C. **Qualitative methodologies for geographers**. London: Hodder Headline Group, 2001.

MAGNANNI, A. As regiões naturais do Amapá. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XIV, n. 3, p. 243-304, 1952.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Ubu Editora, 2018 [1922].

MESQUITA, L. P.; SANTOS, E. H.; MOMOLI, A. C.; KOZENIESKI, E. M. A geografia reflete sobre o trabalho de campo? Análises sobre a produção geográfica brasileira em periódicos (2000-2020). **Revista Formação**, v.29, n.54, p.475-499, 2022.

MORAIS, A. C. R. **Geografia Pequena Histórica Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

NOGUEIRA, C. E. Território, sertão e ciência: expedições civilizatórias e geografia no Brasil (1900-1930). **Geosp**, v. 22, n. 1, p. 43-60, 2018.

OLLAIK, L. G.; ZILLER, H. M. Concepções de validade em pesquisa qualitativa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.1, 229-241, 2012.

PATTISON, W. D. The four traditions of geography. In: MOSELY, W. G. *et al.* (Org). **The Introductory reader in Human Geography**. Blackwell Publishing, 2007. p.16-21.

PESSOA, L. S.; RAMIRES, J. C. Pesquisas Qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2013. p.23-35.

RHOADS, B. L.; THORN, C. E. Observation in geomorphology. In: RHOADS, B. L.; THORN, C. E. (Eds). **The Scientific nature of geomorphology**. Chichester, Wiley, 1996. p.21-56

RHOADS, B. L.; WILSON, D. Observing our world. In: GOMEZ, B.; JONES, J. P. (Org.). **Research methods in Geography: a critical introduction**. Wiley-Blackwell, 2010. p.26-40.

RIBEIRO, G. Interrogando a ciência: a concepção vidaliana da geografia. **Confins: Revista Franco-brasileira de Geografia**, n.8, p.1-15, 2010.

SAHR, W.D.; ARANTES, L. A profusão das teorias espaciais e a fusão do espaço geográfico: Alfred Hettner e o projeto corológico. **GEOgraphia**, v.13, n.25, p.106-135, 2011.

SECOR, A. J. Social surveys, interviews, and focus groups. In: GOMEZ, B.; JONES, J. P. (Org.). **Research methods in Geography: a critical introduction**. Wiley-Blackwell, 2010. p.194-205.

SERPA, A. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 7-24, 2006.

SOUZA, M. L. Da geografia das “relações homem-meio” à geografia ambiental. Uma história (e uma “pré-história) dos estudos ambientais no PPGG da UFRJ. **Revista Espaço Aberto**, v. 12, n. 2, 2022.

SOUZA, M. M. O.; PESSOA, V. L. S. O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica. In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2013. p.173-190.

SPRADLEY, J. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.

STASZAK, J. F. Exploration. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionaire de la Géographie et de l'Espace des sociétés**. Paris: Belin. p. 356-357.

WATSON, A.; TILL, K. E. Ethnography and participant observation. In: DELYSER, D. et. al (Org.). **The Sage handbook of Qualitative Geography**. Sage Publications, 2010. p.121-137.

WHYTE, W. F. **Sociedades de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008 [1951].

ZUSMAN, P. La tradición del trabajo de campo en Geografía. **Geograficando**, v. 7, n. 7, p. 15-32, 2011.

Notas

1. "For a discipline generally very concerned with what is seen, it seems that geography has not been trained in observational practices in a sufficiently specific way" (Tradução livre dos autores).
2. <https://enanpege.com.br/programacao>
3. https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/201907/programa%C3%A7%C3%A3o%20do%20evento_12_09_19.pdf
4. "unless there is a dramatic shift in the perceived relationship between data and theory within the natural sciences, physical geographers will continue to view data derived from scientific observations as the metric Against which theories and hypothesis must be evaluated" (Rhoads; Wilson, 2010, p.28) – Tradução livre dos Autores.
5. Um dos mais utilizados atualmente é o software *SurveyMonkey*, que tem a versão gratuita e paga.
6. Do mesmo modo, em 2023, houve o maior evento da pós-graduação em Geografia em Palmas (TO), o XV Enanpege. Chamou atenção a falta de excursões efetivas ao longo do congresso, com uma perda de oportunidade de produção de conhecimento *in loco* a partir da diversidade de geógrafos que estavam presentes.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Contribuições dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor, Daniel Abreu de Azevedo, ficou especialmente responsável pela estruturação do artigo, concepção e desenvolvimento teórico-conceitual. O segundo autor Rafael Winter Ribeiro é igualmente responsável pelo desenvolvimento teórico conceitual. Ambos os autores foram responsáveis pelos procedimentos técnicos, escrita e revisão do artigo. Declaramos ainda ciência das Diretrizes Gerais do BGG

Daniel Abreu de Azevedo, Geógrafo com Doutorado em Geografia pela UFRJ e estágio na American University (Washington D.C.). Pós-doutorado da Universidad Nacional Autónoma de México. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia na Universidade de Brasília, com enfoque em Geografia Política e sua diversidade temática.

Rafael Winter Ribeiro, Geógrafo com doutorado em Geografia pela UFRJ e estágio na Université de Pau et des Pays de l'Adour. Pós-doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela UFMG. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ e do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. Membro do ICOMOS-Brasil e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território. Pesquisador Nível 2 do CNPq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ.

Data de recebimento 10 de novembro de 2023

Aceite em 18 de março de 2024

Publicação em 24 de abril de 2024